

**NARRATIVAS COLETIVAS SOBRE CONFLITO DE USO, POLÍTICAS PÚBLICAS E
MODOS DE VIDA NA ORLA DE SANTARÉM, PARÁ**

**COLLECTIVE NARRATIVES ON LAND-USE CONFLICT, PUBLIC POLICIES, AND
WAYS OF LIFE ALONG THE SANTARÉM WATERFRONT, PARÁ**

**NARRATIVAS COLECTIVAS SOBRE CONFLICTO DE USO, POLÍTICAS PÚBLICAS Y
MODOS DE VIDA EN LA ZONA RIBEREÑA DE SANTARÉM, PARÁ**



10.56238/revgeov17n1-046

Luisa Helena Silva de Sousa

Doutora em Ciências Ambientais

Instituição: Universidade do Estado do Pará (UEPA), Instituto Federal do Pará (IFPA)

E-mail: luisahelena@ifpa.edu.br

Altem Nascimento Pontes

Doutor em Física

Instituição: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade do Estado do Pará (UEPA)

E-mail: altempontes@hotmail.com

José Augusto Carvalho de Araújo

Doutor em Sociologia

Instituição: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade do Estado do Pará (UEPA)

E-mail: augustocarvalho@uepa.br

Ionara Antunes Terra

Doutora em Biologia Celular e Molecular

Instituição: Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Universidade do Estado do Pará (UEPA)

E-mail: ionara.terra@uepa.br

Liz Carmem Silva-Pereira

Doutora em Neurociência e Biologia Celular

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto Federal do Pará (IFPA)

E-mail: liz.pereira@ifpa.edu.br

Júlio Nonato Silva Nascimento

Doutor em Ciências Ambientais

Instituição: Universidade do Estado do Pará (UEPA), Instituto Federal do Pará (IFPA)

E-mail: julio.nascimento@ifpa.edu.br



Milena Carvalho Moraes

Doutora em Química Analítica

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)

E-mail: mina.carvalho@gmail.com

Gundysalvo Piratoba Morales

Doutor em Ciências Geoquímicas e Petrologias

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade do Estado do Pará (UEPA)

E-mail: gundymorales@gmail.com

RESUMO

A orla de Santarém-PA constitui um território marcado por intensos conflitos de uso, reorganizações socioespaciais e pressões ambientais decorrentes da expansão urbana e da logística portuária. Diante desse cenário, o estudo justifica-se pela necessidade de compreender como diferentes atores estruturam racionalidades, percepções e estratégias de ação frente às tensões territoriais que incidem sobre modos de vida ribeirinhos. Objetiva-se analisar, por meio de narrativas coletivas, os sentidos atribuídos a conflitos socioambientais, riscos operacionais, políticas públicas e processos de governança. Para tanto, adota-se abordagem qualitativa alinhada à crítica decolonial, combinada a procedimentos lexicográficos no IRaMuTeQ (CHD, AFC, rede de similitude e nuvem de palavras). Os resultados evidenciam a centralidade do pescador artesanal como nodo articulador entre esferas ecológicas, comunitárias e institucionais, destacando saberes bioculturais, como o calendário lunar e a leitura da correnteza, como dispositivos técnicos de manejo. Observa-se que a dinâmica territorial é atravessada por estruturas de colonialidade e por expressões de racismo ambiental, manifestas sobretudo na expansão portuária e na vulnerabilidade das comunidades da orla. Conclui-se que a governança socioambiental depende da integração entre epistemologias ribeirinhas e mecanismos intersetoriais de gestão, capazes de orientar políticas públicas mais justas e territorialmente sensíveis.

Palavras-chave: Governança Socioambiental. Conflitos Territoriais. Narrativas Coletivas. Ribeirinhos. Amazônia.

ABSTRACT

The waterfront of Santarém, Pará, constitutes a territory marked by intense land-use conflicts, socio-spatial reconfigurations, and environmental pressures resulting from urban expansion and port logistics. In this context, the study is justified by the need to understand how different actors structure rationalities, perceptions, and action strategies in response to territorial tensions that affect ribeirinho livelihoods. The objective is to analyze, through collective narratives, the meanings attributed to socio-environmental conflicts, operational risks, public policies, and governance processes. To this end, a qualitative approach aligned with decolonial critique is adopted, combined with lexicographic procedures in IRaMuTeQ (CHD, AFC, similarity networks, and word cloud). The results highlight the centrality of the artisanal fisher as an articulating node between ecological, community, and institutional spheres, and emphasize biocultural knowledge, such as lunar calendars and reading of river currents, as technical devices for resource management. The territorial dynamics are shown to be traversed by structures of coloniality and manifestations of environmental racism, particularly evident in port expansion and in the heightened vulnerability of waterfront communities. It is concluded that socio-environmental governance depends on the integration of ribeirinho epistemologies with



intersectoral management mechanisms capable of guiding more just and territorially sensitive public policies.

Keywords: Socio-Environmental Governance. Territorial Conflicts. Collective Narratives. Ribeirinhos. Amazon.

RESUMEN

La zona ribereña de Santarém, en el estado de Pará, constituye un territorio marcado por intensos conflictos de uso, reorganizaciones socioespaciales y presiones ambientales derivadas de la expansión urbana y de la logística portuaria. Ante este escenario, el estudio se justifica por la necesidad de comprender cómo diferentes actores estructuran racionalidades, percepciones y estrategias de acción frente a las tensiones territoriales que inciden sobre los modos de vida ribereños. El objetivo es analizar, mediante narrativas colectivas, los significados atribuidos a los conflictos socioambientales, riesgos operacionales, políticas públicas y procesos de gobernanza. Para ello, se adopta un enfoque cualitativo alineado con la crítica decolonial, combinado con procedimientos lexicográficos en IRaMuTeQ (CHD, AFC, red de similitud y nube de palabras). Los resultados evidencian la centralidad del pescador artesanal como nodo articulador entre las esferas ecológica, comunitaria e institucional, destacando saberes bioculturales, como el calendario lunar y la lectura de la corriente, como dispositivos técnicos de manejo. Se observa que la dinámica territorial está atravesada por estructuras de colonialidad y por expresiones de racismo ambiental, manifestadas especialmente en la expansión portuaria y en la vulnerabilidad de las comunidades ribereñas. Se concluye que la gobernanza socioambiental depende de la integración entre epistemologías ribereñas y mecanismos intersectoriales de gestión, capaces de orientar políticas públicas más justas y sensibles al territorio.

Palabras clave: Gobernanza Socioambiental. Conflictos Territoriales. Narrativas Colectivas. Ribereños. Amazonía.



1 INTRODUÇÃO

A urbanização na Amazônia é marcada por dinâmicas singulares e por tensões entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental. O município de Santarém, no estado do Pará, situado na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, constitui exemplo emblemático dessa complexidade como cidade ribeirinha (Amorim, 2022; Carvalho, 2017; Hoefl, 2013; Trindade Jr.; Tavares, 2008). Essa condição se fundamenta não apenas em sua configuração geográfica e em suas práticas socioeconômicas, mas também em uma profunda dimensão cultural. Nesse contexto, a produção acadêmica tem reconhecido a relevância de estudar os “ribeirinhos da cidade”, distinguindo-os dos ribeirinhos das várzeas, ainda que ambos compartilhem o modo de vida ribeirinho (Araújo, 2014).

A orla santarena é um espaço estratégico que enfrenta tensões recorrentes em decorrência da expansão urbana desordenada e da logística portuária, como a implantação de terminais de escoamento de grãos (Sousa; Morales, 2025). Pressões associadas ao agronegócio e à especulação imobiliária afetam diretamente os modos de vida ribeirinhos, provocando erosão das margens e perda de territórios de subsistência (Gomes, 2017). O avanço desse modelo econômico, inserido na lógica do “Plantationoceno”, expressa uma forma violenta e destruidora de habitar a Terra (Ferdinand, 2022b). Nessa perspectiva, degradação ambiental e violência colonial estão articuladas, configurando uma dupla fratura que vincula o ambientalismo ao racismo estrutural (Ferdinand, 2022b).

Este artigo teve como objetivo analisar como se configuram os conflitos, as resistências e as perspectivas de governança socioambiental na orla de Santarém-PA, evidenciando as relações entre conflito de uso, práticas de manejo, participação social e políticas públicas. A análise demonstra a centralidade do pescador como ator articulador, conectando as dimensões ecológica (“lua”, “correnteza”), comunitária e governamental, e revela a viabilidade de políticas intersetoriais baseadas no conhecimento local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 URBANIZAÇÃO AMAZÔNICA, MODOS DE VIDA E CONFLITOS TERRITORIAIS

O estudo parte do reconhecimento da complexidade territorial e socioespacial da Amazônia, um espaço onde o urbano e o rural coexistem em tensões dinâmicas. Santarém-PA é caracterizada como uma *cidade ribeirinha* não apenas por sua geografia singular, situada na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, mas também por suas práticas socioeconômicas e culturais historicamente vinculadas ao ambiente hídrico.

A análise da evolução urbana e das lutas pela permanência dos atores sociais ribeirinhos fundamenta-se nos seguintes conceitos:



A relação cidade–rio e a diversidade socioespacial: A urbanização na Amazônia desafia concepções tradicionais de cidade, pois se constitui como um processo marcado pela heterogeneidade socioespacial. Santarém é compreendida como um *espaço do diverso* (Gomes, 2017), onde múltiplas formas de uso e ocupação coexistem. O rio, nesse contexto, não é apenas um limite físico, mas um elemento cultural estruturante, definindo modos de vida e orientando práticas socioeconômicas. Assim, as cidades ribeirinhas se caracterizam pela estreita articulação cultural e econômica com o rio (Trindade Júnior e Tavares, 2008).

A transumância e o constrangimento ambiental: A dinâmica ribeirinha é marcada pela adaptação aos ciclos sazonais de cheias e vazantes. O fenômeno da transumância é compreendido como uma *estratégia de sobrevivência* e uma *expressão cultural* dos grupos que habitam as margens dos rios (Araújo, 2014). Essa interpretação contrasta com leituras que tratam as cheias como “desastres naturais”, ao reconhecer que, na Amazônia, tais eventos configuram um *constrangimento ambiental* que demanda resiliência e práticas adaptativas construídas ao longo de gerações.

Conflito de uso e degradação: A expansão urbana desordenada em Santarém, impulsionada por vetores como o agronegócio e a logística portuária, avança sobre áreas ambientalmente vulneráveis, especialmente as várzeas. O *Conflito de Uso e a Luta pela Permanência* (Gomes, 2017) tornam-se evidentes na apropriação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e a consequente degradação da qualidade hídrica (Betiol, 2012). A ocupação inadequada do solo, somada à fragilidade do ordenamento territorial, intensifica a vulnerabilidade socioambiental, sobretudo em territórios sujeitos à pressão urbana (Rodrigues, 2020).

Os conflitos identificados nesta seção não se explicam apenas por fatores urbanos ou ambientais, mas também por estruturas históricas de poder que determinam quem ocupa, quem é removido e quem sofre mais intensamente os impactos da degradação. Assim, compreender a urbanização da orla de Santarém demanda avançar para uma leitura crítica ancorada na colonialidade, no racismo ambiental e na perspectiva decolonial, tema da seção seguinte.

2.2 COLONIALIDADE, RACISMO AMBIENTAL E CRÍTICA DECOLONIAL

Para além da descrição dos conflitos socioambientais, o artigo adota uma lente decolonial que busca desvelar as estruturas de dominação que moldam o espaço e a experiência dos atores locais. Essa perspectiva exige aprofundamento teórico compatível com um trabalho *stricto sensu*, pois permite compreender como práticas aparentemente neutras são, na verdade, atravessadas por relações históricas de poder.

A crítica ao pensamento eurocêntrico fundamenta-se no *mito da Modernidade* (Dussel, 1993), que naturaliza hierarquias e legitima exclusões ao pressupor uma “humanidade esclarecida” destinada a conduzir a “humanidade obscurecida” (Krenak, 2019). Tal racionalidade se expressa na



Colonialidade do Poder (Quijano, 2002), um sistema de classificação social baseado na ideia de raça, que estrutura práticas dominantes e mecanismos persistentes de subordinação.

No campo ambiental, essa lógica resulta na produção sistemática de desigualdades. O *Racismo Ambiental* (Bullard, 1996) evidencia como políticas ambientais discriminatórias recaem de maneira desproporcional sobre populações vulnerabilizadas, violando direitos humanos e comprometendo a qualidade de vida de comunidades marginalizadas (Seguel, 2013). Esse processo atinge, sobretudo, grupos racializados (Santos, 2000), configurando expressões da *Necropolítica* (Mbembe, 2016), que define quem pode “viver” e quem deve “ser deixado morrer”.

A expansão do agronegócio em Santarém também é interpretada como a atualização da economia de *plantation* (Ferdinand, 2019), marcada pela exploração intensiva da terra e pela subjugação de povos racializados. Ferdinand (2019) identifica uma “dupla fratura”, colonial e ambiental, que separa a crítica ecológica da crítica à colonialidade, ignorando a interdependência entre destruição ambiental e violência racista. A resistência a esse processo emerge como a “busca de um mundo” construída por práticas de aquilombamento e reconstrução de dignidade (Ferdinand, 2022).

As estruturas de colonialidade discutidas nesta seção não apenas moldam o território, mas também orientam as formas pelas quais os sujeitos narram suas experiências, organizam sua luta e constroem processos de governança. Assim, compreender os conflitos socioambientais na orla de Santarém requer articular crítica decolonial, agência social e narrativas coletivas.

2.3 NARRATIVAS, AGÊNCIA SOCIAL E GOVERNANÇA

O arcabouço metodológico-conceitual do artigo fundamenta-se na abordagem das narrativas como via para compreender a experiência vivida e a capacidade de agência dos atores diante dos conflitos socioambientais. As narrativas permitem acessar sentidos, memórias e percepções que não emergem por métodos estritamente descritivos, tornando-se essenciais para captar dimensões subjetivas dos modos de vida ribeirinhos.

A metodologia apoia-se nas narrativas coletivas, que revelam sentidos construídos no cotidiano dos sujeitos (Riessman, 2008). As entrevistas valorizam a perspectiva dos interlocutores e a co-construção do relato (Jovchelovitch; Bauer, 2000; Mishler, 1986). Essa abordagem permite acessar dimensões simbólicas, subjetivas e socioculturais que estruturam formas de existência, conforme destacado por Clandinin e Connelly (2000).

A ênfase na *Luta pela Permanência* demonstra que os ribeirinhos atuam como agentes epistêmicos e políticos, e não apenas como sujeitos impactados pelo conflito. A mobilização de organizações como a Colônia de Pescadores Z-20 configura um processo de autogestão e resistência territorial. A *Pedagogia do Movimento* (Caldart, 2000) oferece o referencial para compreender a formação desses sujeitos na luta social orientada à transformação emancipatória.



A governança socioambiental é analisada a partir da busca por *justiça socioambiental* e da defesa da participação social (Acseirad; Mello; Bezerra, 2009). A efetividade de políticas como o REDD+ ou os acordos de pesca depende da *articulação participativa* (Melo, 2025) e do reconhecimento das práticas, conhecimentos e prioridades formuladas no cotidiano das comunidades (Minayo, 2014). Assim, a governança emerge como um processo compartilhado, que exige diálogo horizontal e valorização dos saberes locais.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo adota uma abordagem qualitativa e crítica, centrada na análise de narrativas coletivas para investigar os conflitos, as resistências e as práticas de governança socioambiental na orla de Santarém-PA.

Para apreender essa realidade multifacetada, o estudo adota a análise de Narrativas Coletivas, método que permite acessar sentidos e experiências construídos no cotidiano dos sujeitos (Riessman, 2008). Prioriza-se a fala de atores sociais da orla, como pescadores artesanais, lideranças comunitárias e gestores públicos, superando abordagens exclusivamente documentais ou estruturais.

Essa opção metodológica articula-se à perspectiva decolonial, que reivindica o reconhecimento da voz, dos saberes e das epistemologias de povos historicamente silenciados e marginalizados (Ferdinand, 2022b). Autores como Enrique Dussel (1993) e Malcom Ferdinand (2022), com a proposta de uma “ecologia decolonial”, contribuem para aprofundar a crítica a uma modernidade que ignora a resiliência ambiental e a cultura local (Araújo, 2014).

O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade do Estado do Pará (CEP/UEPA), sob o Parecer Consubstanciado nº 7.624.386 e CAAE 87126525.9.0000.5174, emitido em 06 de junho de 2025, em conformidade com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas no período de junho a setembro de 2025, com pescadores artesanais, lideranças comunitárias, representantes institucionais e autoridades políticas, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3.1 ENFOQUE QUALITATIVO E CRÍTICA DECOLONIAL

O enfoque metodológico busca dar voz a atores historicamente marginalizados, confrontando a tendência de pesquisas na Amazônia que privilegiam a estrutura em detrimento das pessoas. A análise narrativa constitui a matriz primária do estudo: as entrevistas narrativas semiestruturadas permitem acessar os sentidos e as experiências construídas no cotidiano, valorizando a memória e a percepção dos interlocutores sobre o território, os conflitos de uso e as políticas públicas. Esse procedimento é



essencial para captar dimensões subjetivas e contextos socioculturais que moldam a experiência ribeirinha.

A crítica decolonial orienta a interpretação das narrativas, com o objetivo de desnaturalizar categorias de pensamento que reproduzem a lógica colonial e eurocêntrica. A incorporação de autores como Enrique Dussel (1993), Frantz Fanon (2020), Ailton Krenak (2019) e Malcom Ferdinand (2022b) permite examinar como a colonialidade do poder e o racismo ambiental se manifestam nas disputas territoriais e nas políticas de desenvolvimento. Ao priorizar a fala de pescadores, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, lideranças comunitárias, representantes institucionais e gestores públicos, o estudo desafia narrativas que tradicionalmente reproduzem a visão do colonizador e reafirma a centralidade dos sujeitos locais na construção da governança socioambiental.

3.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO

O estudo foi realizado na orla do município de Santarém-PA, delimitada como área urbana ribeirinha situada na margem direita do rio Tapajós. De forma representativa, o recorte espacial localiza-se nas coordenadas 54°43'12"W e 2°25'12"S, correspondendo ao trecho da frente urbana onde se concentram atividades portuárias, comerciais, turísticas e de pesca artesanal. Essa área sintetiza as principais tensões analisadas na pesquisa, ao articular, em um mesmo espaço, a expansão urbana, a logística portuária, as vocações econômicas locais e os modos de vida ribeirinhos que estruturam a orla santarena.

3.3 PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS DE ANÁLISE

Os dados foram coletados em conformidade com as normas éticas vigentes e organizados em um *corpus* textual composto pelas entrevistas transcritas integralmente, referidas à orla de Santarém-PA. Esse material foi submetido a uma análise quali-quantitativa destinada a identificar regularidades, divergências e padrões discursivos relacionados às políticas públicas, aos conflitos de uso, às vocações econômicas e aos modos de vida na orla.

Para o tratamento do *corpus*, foi utilizado o software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), que permite aplicar estatística multivariada a textos. Foram realizados: (i) Classificação Hierárquica Descendente (CHD), para segmentar o corpus e identificar classes lexicais que representam núcleos de sentido semanticamente próximos; (ii) Análise Fatorial de Correspondência (AFC), para distribuir atores, temas e origens das falas no plano fatorial, evidenciando correlações e divergências discursivas e a organização dos discursos em esferas como ecológica, comunitária e governamental; (iii) Análise de Similitude, para mapear a rede de coocorrência entre as palavras mais recorrentes, destacando a centralidade do “pescador” e as articulações entre termos como “pesca”, “porto”, “renda” e “seguro”; e (iv) elaboração



de nuvem de palavras, para representar visualmente a frequência dos termos e salientar os eixos temáticos dominantes no discurso coletivo.

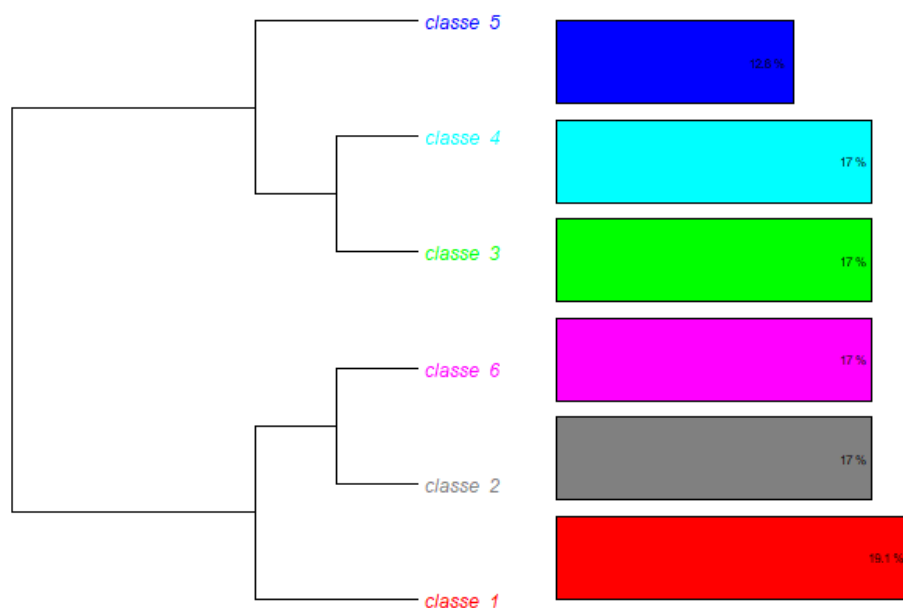
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ANÁLISE LEXICOGRÁFICA E ESTATÍSTICA DOS DADOS (IRAMUTEQ)

A análise textual realizada no IRaMuTeQ permitiu identificar regularidades e divergências nos discursos dos diferentes atores entrevistados. A partir da CHD, o *corpus* foi segmentado em 63 unidades de contexto, organizadas em seis classes lexicais.

A Figura 1 mostra o dendrograma com a distribuição dessas classes. Observa-se que a Classe 1 (19,1%) reúne vocabulário ligado à governança institucional e às tensões de representação política, enquanto as Classes 2, 3, 4 e 6 (17% cada) se distribuem entre temas ecológicos, políticas públicas e conflitos de uso. Já a Classe 5 (12,8%) apresenta termos de menor ocorrência, mas relevantes para demandas comunitárias.

Figura 1. Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) das entrevistas (IRaMuTeQ).



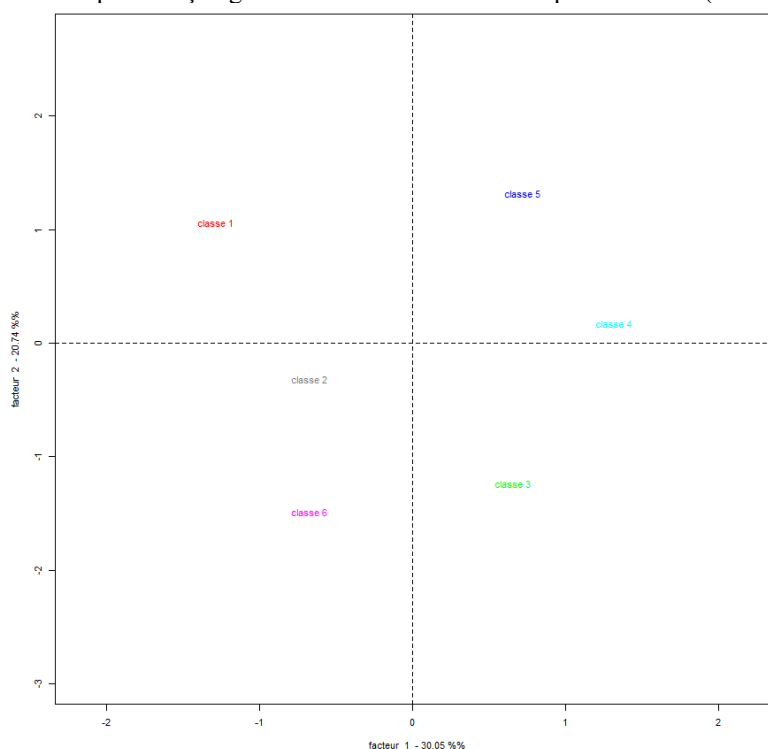
Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

A CHD permitiu identificar seis classes lexicais distintas no *corpus* das entrevistas (Figura 1). Cada classe representa um conjunto de segmentos de texto organizados segundo proximidade semântica, refletindo diferentes núcleos de sentido presentes nas narrativas. Observa-se que a Classe 1 concentrou a maior proporção de segmentos (19,1%), indicando um eixo discursivo dominante, enquanto a Classe 5, com 12,8%, apresentou menor peso relativo, mas contribuiu para a diversidade temática. As demais classes (2, 3, 4 e 6) distribuíram-se de forma equilibrada, cada uma com cerca de 17% dos segmentos.

A configuração representada na Figura 1 revela a heterogeneidade das falas, com temas que vão desde os conflitos territoriais e de governança até questões de políticas públicas, práticas tradicionais da pesca e inserção do pescado em programas de alimentação escolar. O dendrograma, portanto, oferece uma visão inicial da estrutura semântica do corpus, orientando a interpretação detalhada das classes nos planos fatoriais subsequentes.

Na Figura 2, cada ponto colorido (classe 1, 2, 3, 4, 5 e 6) corresponde a uma das classes identificadas pela CHD. O plano cartesiano é formado pelos eixos fatoriais (Factor 1 e Factor 2), que distribuem as classes de acordo com proximidade semântica.

Figura 2. Representação gráfica das classes lexicais no plano fatorial (IRaMuTeQ).



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

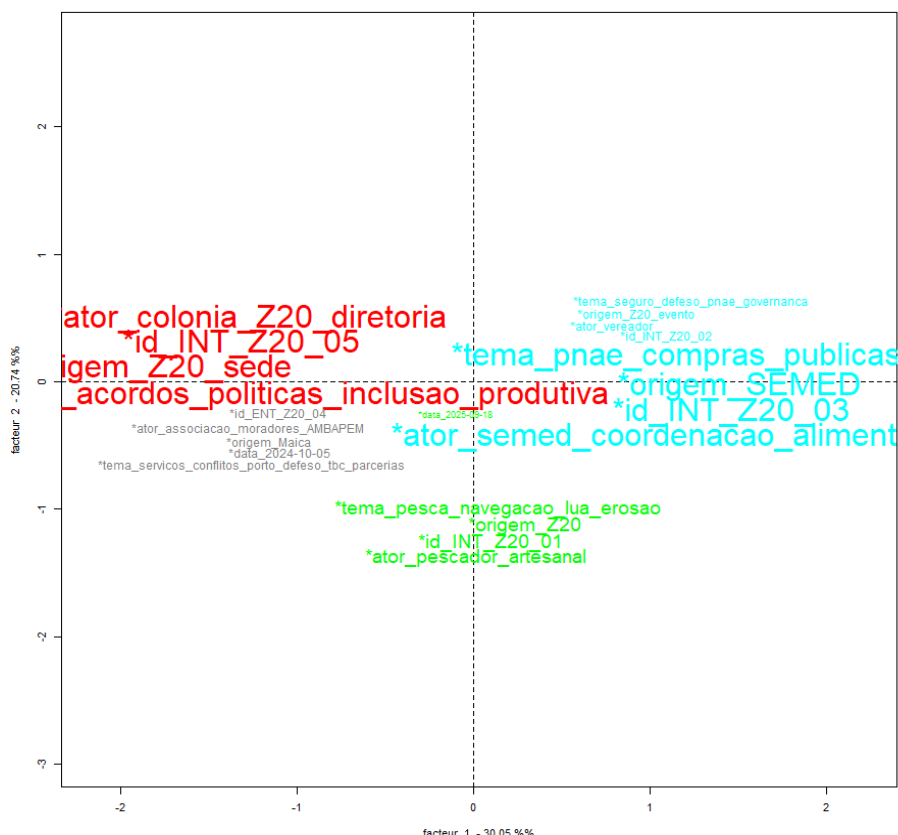
A representação gráfica das classes lexicais no plano fatorial (Figura 2) reforça a heterogeneidade dos discursos, posicionando as classes em quadrantes distintos. Esse arranjo confirma a existência de blocos semânticos diferenciados: de um lado, falas voltadas às políticas públicas e à inclusão produtiva; de outro, narrativas centradas nos saberes tradicionais da pesca e nos impactos ambientais vivenciados no cotidiano ribeirinho. A separação espacial sugere que os atores constroem sentidos de forma segmentada, de acordo com sua inserção social e institucional.

Na Figura 3, observa-se que cada ponto representa atores (exemplo: ator_colonia_Z20_diretoria, ator_pescador_artesanal, ator_semed_coordenacao_alimentacao), origem das falas (Z20, SEMED, evento) ou temas-chave (ex.: tema_PNAE_compras_publicas, tema_pesca_navegacao_lua_erosao). Os agrupamentos revelam como esses elementos aparecem



próximos nas narrativas, sugerindo convergências discursivas (ex.: SEMED e PNAE juntos; pescador com temas de erosão e lua; Colônia Z-20 com acordos políticos).

Figura 3. AFC com a distribuição dos atores e temas identificados no *corpus* (IRaMuTeQ).



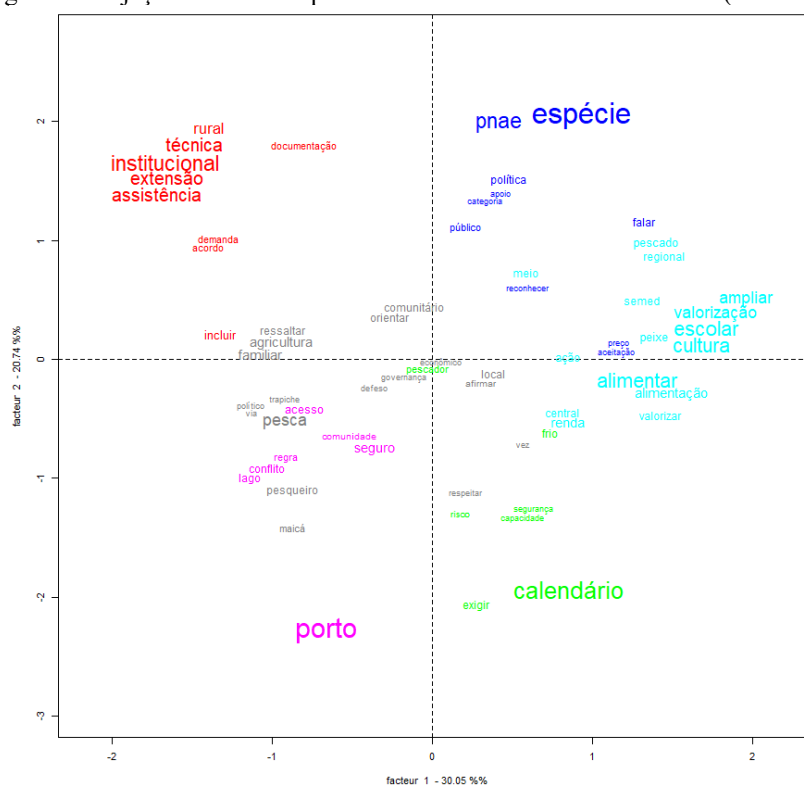
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A AFC evidenciou a aproximação entre variáveis, organizando os atores em três polos narrativos (Figura 3). O pescador artesanal destacou termos vinculados ao conhecimento ecológico, como “lua”, “correnteza” e “erosão”. A Colônia Z-20 e a AMBAPEM, por sua vez, concentraram vocabulário associado à representação política, acordos de pesca e inclusão produtiva. Já o vereador e a SEMED enfatizaram expressões relacionadas ao seguro-defeso, à alimentação escolar e às compras públicas. Esse resultado confirma que as falas se estruturam em torno de diferentes esferas discursivas: ecológica, comunitária e governamental.

No plano fatorial, a Figura 4 apresenta cada palavra posicionada conforme sua proximidade semântica aos eixos, evidenciando agrupamentos temáticos: termos como “pnae”, “espécie”, “alimentar” e “cultura” se concentram no debate sobre alimentação escolar; o polo formado por “porto”, “acesso” e “conflito” remete às tensões territoriais e logísticas; o conjunto “calendário”, “segurança” e “renda” aproxima-se das práticas e dos saberes tradicionais da pesca; por fim, o quadrante esquerdo em vermelho reúne vocábulos associados à extensão rural, à assistência técnica e à documentação, reforçando a dimensão institucional do *corpus*.



Figura 4. Projeção fatorial das palavras associadas às classes lexicais (IRaMuTeQ).



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Na projeção fatorial das palavras associadas às classes (Figura 4), emergem núcleos lexicais que dialogam com os eixos identificados. A dimensão ecológica é marcada por termos como “pesca” e “calendário”, vinculados ao manejo do pescado. A dimensão política aparece em torno de “PNAE” e “espécie”, ressaltando a inserção do pescado regional na merenda escolar. Já a dimensão conflitiva inclui “porto”, “acesso” e “conflito”, evidenciando tensões territoriais e ambientais. Esse cruzamento mostra como diferentes campos semânticos sustentam as narrativas coletivas da orla.

A análise de similitude (Figura 5) evidencia a centralidade do termo “*pescador*”, que se conecta de forma direta a eixos estruturantes como *pesca*, *comunidade*, *porto*, *renda* e *seguro*. Essa posição de destaque revela o pescador como ator-chave na articulação entre dimensões socioeconômicas, políticas e territoriais. Observa-se ainda que o campo lexical se organiza em subgrupos, nos quais aparecem termos ligados à *institucionalidade e assistência técnica* (*extensão*, *documentação*, *incluir*, *assistência*), sinalizando a presença de políticas públicas formais e seus instrumentos de apoio.

Figura 5. Rede de Similitude (Análise de Coocorrência de Palavras).



Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Em outro polo, emergem palavras relacionadas à *governança e às políticas alimentares* (SEMED, PNAE, calendário, alimentar, cultura), evidenciando a interface entre pesca artesanal e segurança alimentar. Também se destacam conexões referentes às *condições socioeconômicas e de risco* (renda, local, seguro, defeso), que remetem à vulnerabilidade social e às estratégias de subsistência. Por sua vez, os termos *espécie, peixe e comunidade* remetem ao conhecimento tradicional e às práticas cotidianas da pesca. A Figura 5 confirma, portanto, que o discurso dos atores sociais articula de maneira indissociável elementos produtivos, institucionais e culturais, refletindo a complexidade da governança socioambiental da orla de Santarém-PA.

A análise de similitude (Figura 5) complementa esses achados ao revelar redes de coocorrência de palavras. Destacam-se os agrupamentos em torno de “pesca–lua–captura”, representando o saber tradicional; “porto–conflito–lago”, sinalizando disputas pelo uso do território; e “alimentação–escolar–cultura”, que remetem às políticas de valorização do pescado regional. Esses núcleos confirmam a interdependência entre dimensões ambientais, sociais e institucionais na orla santarena.

A nuvem de palavras (Figura 6) evidencia a centralidade dos termos “pesca”, “pescador” e “comunidade”, que se destacam em maior frequência e sintetizam o núcleo semântico das narrativas coletadas. Essas palavras remetem à dimensão identitária e socioeconômica das populações ribeirinhas, revelando que a atividade pesqueira não é apenas um meio de subsistência, mas também um eixo estruturante da organização social, cultural e política da região. Associados a elas aparecem



termos como “*espécie*”, “*peixe*”, “*defeso*” e “*acesso*”, que apontam para preocupações ligadas à biodiversidade, ao manejo sustentável e às regulamentações que condicionam a prática da pesca.

Figura 6. Nuvem de Palavras com os termos mais frequentes (IRaMuTeQ).



Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Além disso, a nuvem destaca a presença de palavras como “*porto*”, “*renda*”, “*alimentar*”, “*calendário*” e “*seguro*”, que ampliam o campo semântico para dimensões institucionais e territoriais. Esses termos remetem a debates sobre a logística de escoamento, a segurança alimentar, os impactos da infraestrutura portuária e as estratégias de proteção social, como o seguro-defeso. Outros elementos, como “*semed*”, “*político*”, “*governança*” e “*assistência*”, sugerem a atuação de instituições e políticas públicas no contexto, reforçando que as narrativas dos atores sociais não se limitam ao cotidiano da pesca, mas dialogam com disputas de poder, inclusão produtiva e práticas de governança socioambiental.

4.2 ANÁLISE TEMÁTICA E DISCUSSÃO INTERPRETATIVA

4.2.1 Mudanças ambientais e riscos operacionais

As transformações na orla de Santarém-PA, como o desaparecimento de ilhas e o avanço da erosão na praia da Ponta Negra, foram apontadas pelos pescadores como fatores que alteram a hidrodinâmica local e ampliam os riscos à pesca artesanal. Essas mudanças afetam rotas tradicionais, pontos de apoio e áreas de abrigo, exigindo adaptações constantes nas práticas de navegação e captura. A percepção recorrente de que “onde era tranquilo, hoje é risco” sintetiza a necessidade de integrar observações empíricas ao monitoramento técnico da erosão e à definição de áreas de risco.

4.2.2 Conflito de usos e governança da navegação

O aumento do tráfego de embarcações ligadas à logística portuária e a ausência de protocolos de segurança foram temas recorrentes nas entrevistas. Relatos como “as embarcações e portos dificultam; falta respeito dos comandantes ao pescador” evidenciam assimetrias de poder no uso do rio. As narrativas convergem para a necessidade de regras claras de convivência entre pesca e transporte fluvial, incluindo campanhas educativas, sinalização em pontos críticos e pactuações institucionais entre colônias, armadores e órgãos reguladores.

4.2.3 Saberes locais e planejamento da pesca

A influência do calendário lunar sobre a organização do esforço pesqueiro foi reiterada como elemento central do manejo. Os pescadores associam fases da lua, correnteza e comportamento das espécies para definir períodos, horários e locais de captura. A expressão “a lua guia nosso calendário” traduz esse saber biocultural como um ativo técnico, e não como conhecimento “informal”. Políticas de ordenamento que desconsideram essa lógica tendem a gerar conflitos e baixa aderência às normas.

4.2.4 Dimensão social e sucessão intergeracional

As narrativas revelam ambivalência quanto à sucessão do ofício da pesca: coexistem orgulho e desejo de continuidade com o receio diante das crescentes dificuldades econômicas e ambientais. A diretoria da Colônia Z-20 destaca a importância de ações formativas voltadas especialmente a jovens e mulheres, como a proposta da “Escola da Pesca”. A crescente participação feminina, sintetizada na afirmação “tem mulher que pesca mais do que homem”, aponta para a necessidade de políticas inclusivas e reconhecimento formal das pescadoras nos cadastros e benefícios.

4.2.5 Políticas públicas e inclusão produtiva

As falas do vereador e da coordenadora da alimentação escolar evidenciam uma agenda potencial de articulação entre segurança alimentar e desenvolvimento local. A inserção do pescado regional no PNAE é apresentada como possibilidade de “virada de mesa”, ao combinar geração de renda estável para os pescadores com oferta de alimentação culturalmente adequada às crianças. Para sua efetivação, no entanto, são apontados requisitos como Termo de Referência específico para o PNAE–Pescado, protocolo de recebimento com critérios sanitários, organização da documentação e calendário de entregas compatível com a sazonalidade da pesca.

4.2.6 Territorialidade e desafios logísticos

A impossibilidade de remanejamento de pescado entre comunidades sem o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou equivalentes limita a circulação do produto e reforça um modelo de consumo



predominantemente local. Em áreas ribeirinhas de várzea, essa restrição exige forte articulação logística para garantir regularidade de oferta. A SEMED indica a necessidade de iniciar o processo “com o pé no chão”, ajustando a escala do fornecimento às capacidades existentes e planejando uma ampliação gradual a partir da experiência acumulada.

4.2.7 Representação institucional e acordos de pesca

A Colônia de Pescadores Z-20 emerge como elo entre Estado e base social, organizando documentação, defendendo benefícios previdenciários e mediando conflitos territoriais. Os acordos de pesca aparecem como instrumentos de governança participativa, construídos para responder às tensões provocadas pelo avanço urbano, pela sazonalidade e pela pressão sobre áreas de reprodução e alimentação das espécies. A articulação com universidades, como a UFOPA, e outras instituições técnico-científicas é percebida como estratégica para qualificar diagnósticos, monitorar impactos e fundamentar decisões.

4.2.8 Conflitos territoriais e justiça socioambiental

As falas vinculadas à AMBAPEM expressam preocupação com os impactos do Porto Maicá sobre a mobilidade ribeirinha e o acesso tradicional ao lago. A combinação de pesca predatória, ausência de serviços básicos e práticas de retaliação política compõe um quadro de vulnerabilidade estrutural. A proposta de elaboração de dossiês jurídicos e de comitês de salvaguarda territorial surge como resposta organizada, visando assegurar o direito ao território, à circulação e à dignidade da vida ribeirinha.

4.2.9 Colonialidade, Plantationoceno e lutas pela permanência

Lidos à luz da crítica decolonial, os resultados empíricos revelam que a dinâmica da orla santarena expressa a colonialidade do poder, tal como problematizada por Quijano (2002), na medida em que um modelo de desenvolvimento hegemônico desqualifica modos de vida tradicionais. O avanço da expansão portuária (como o Porto Maicá) e a intensificação do agronegócio no Tapajós representam uma forma violenta de habitar a Terra, associada ao Plantationoceno discutido por Ferdinand (2019; 2022).

O temor das comunidades em relação à erosão, ao assoreamento e à contaminação não se reduz a um problema técnico, mas configura expressão de racismo ambiental, no sentido proposto por Bullard (1996), ao destinar a maior carga dos danos às populações vulneráveis. A pressão sobre áreas de várzea, classificadas como Áreas de Preservação Permanente pela Lei nº 12.651/2012, desconsidera a resiliência histórica dos ribeirinhos e seu conhecimento sobre a dinâmica hídrica (Araújo, 2014).



A valorização do calendário lunar e da transumância ribeirinha indica um saber biocultural que contrasta com a racionalidade técnica hegemônica, em diálogo com as críticas de Krenak (2019) à homogeneização da humanidade e de Dussel (1993) ao “mito da Modernidade”. Nesse cenário, propostas como a inserção do pescado no PNAE e a atuação da Colônia Z-20 ganham relevo como estratégias de justiça socioambiental (Gomes, 2017), articulando direito ao território, inclusão produtiva e permanência digna na orla.

Do conjunto das análises lexicográficas, estatísticas e temáticas, depreende-se que a orla de Santarém-PA é um espaço em que se entrelaçam, de forma tensa, a colonialidade do poder (Quijano, 2002), a lógica do Plantationoceno (Ferdinand, 2019; 2022) e as práticas cotidianas de resistência ribeirinha. A centralidade do pescador, evidenciada nas redes de coocorrência e nas narrativas, revela que os modos de vida tradicionais não ocupam apenas a posição de objetos de política, mas de sujeitos produtores de conhecimento, capazes de reorientar agendas de desenvolvimento, de justiça ambiental (Bullard, 1996) e de permanência no território (Araújo, 2014; Gomes, 2017).

Nesse sentido, os resultados empíricos dialogam diretamente com a crítica decolonial formulada por Dussel (1993), Krenak (2019) e Ferdinand (2019; 2022), ao exporem tanto a persistência das hierarquias coloniais quanto a potência das epistemologias ribeirinhas em disputá-las. As evidências apresentadas constituem, portanto, a base para as considerações finais deste artigo, nas quais se sintetizam as principais contribuições do estudo para o debate sobre governança socioambiental na orla santarena e se indicam caminhos para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas às populações ribeirinhas.

5 CONCLUSÃO

A análise das narrativas coletivas na orla de Santarém-PA mostra, de forma consistente, que os modos de vida ribeirinhos não são apenas afetados pelas políticas públicas, mas constituem fontes de conhecimento e estratégias ativas de governança socioambiental. O cruzamento entre a análise qualitativa e a estatística textual confirmou a centralidade do pescador como ator articulador, conectando as dimensões ecológicas, como a influência da lua e da correnteza, às dimensões políticas e econômicas, relacionadas à renda, ao seguro e aos acordos coletivos.

Essa estruturação discursiva e social revela que a tensão na orla santarena vai além do conflito urbano-rural, configurando uma disputa permanente contra a colonialidade do poder e a lógica do Plantationoceno. A expansão portuária, a especulação imobiliária e o avanço do agronegócio expressam um modelo hegemônico que tenta converter a diversidade socioespacial em recurso explorável, reproduzindo o racismo ambiental e fazendo recair os custos da degradação sobre as comunidades mais vulneráveis, como ribeirinhos e pescadores artesanais.



O modo de vida ribeirinho, marcado pela resiliência ambiental e pela prática da transumância, entendida como estratégia cultural, e não como “desastre natural”, emerge como ato de resistência à assimilação. Ao se organizarem para inserir o pescado no Programa Nacional de Alimentação Escolar e fortalecer acordos de pesca mediados pela Colônia Z-20, as comunidades afirmam-se como agentes epistêmicos e políticos. Suas ações projetam uma forma própria de habitar a Terra, que valoriza saberes locais, como o calendário lunar, e recusa a submissão a uma visão única de modernidade.

Conclui-se que a governança em construção na orla de Santarém-PA é um processo dialético e decolonial, apoiado na capacidade de agência da população local. Um futuro sustentável para a Amazônia exige que as políticas públicas superem a dupla fratura colonial e ambiental, institucionalizando espaços de diálogo que reconheçam e integrem a diversidade socioespacial e o conhecimento biocultural de ribeirinhos e pescadores. O fortalecimento dos mecanismos de participação torna-se, assim, imperativo para que a transformação socioambiental seja justa, duradoura e orientada pelas prioridades formuladas no cotidiano das comunidades.



REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AMORIM, T. Sinopse histórica do Baixo Amazonas e Tapajós. 1. ed. Belém, PA: Paka-Tatu, 2022.

ARAÚJO, José Augusto Carvalho de. Cultura da terra, cultura das águas: o fenômeno da transumância em Marabá (PA). 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BULLARD, Robert D. A anatomia do racismo ambiental e o movimento por justiça ambiental. In: BULLARD, Robert D. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Damará, 1996.

CALDART, Roseli Salete. A Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

CARVALHO, E. C. L. O processo de colonização e urbanização na Amazônia. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, 2017. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccs/2017/01/colonizacion.html>. Acesso em: 7 jan. 2022.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. Narrative inquiry: experience and story in qualitative research. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

DUSSEL, Enrique. 1492: O encobrimento do outro: a origem do "mito da Modernidade". Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Tradução Ligia Fonseca Ferreira; Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

FERDINAND, Malcom. Behind the Colonial Silence of Wilderness: "In Marronage Lies the Search of a World". Environmental Humanities, v. 14, n. 1, p. 182-201, 2022. (Ferdinand, 2022a).

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022. (Ferdinand, 2022b).

GOMES, Taynara do Vale. Santarém: uma articulação possível entre urbanização e natureza. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

HOEFL, S. W. Santarém, Cidade Portal de Fronteiras Históricas do Oeste do Pará. Espaço Aberto, PPGG/UFRJ, v. 3, n. 1, p. 45-76, 2013.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2000.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, v. 32, p. 123-151, 2016.

MELO, Herena Neves Maués Corrêa de. A CONSTRUÇÃO DO REDD+ JURISDICIONAL NO ESTADO DO PARÁ: EXPERIÊNCIA DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA GOVERNANÇA INTERINSTITUCIONAL. In: MARTINS, Andréia; MELO, Herena Neves Maués Corrêa de (Coord.). *Mulheres no debate climático: atuação das representantes do sistema de justiça brasileiro*. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2025. p. 110-141.

MISHLER, Elliot G. *Research interviewing: context and narrative*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Revista Novos Rumos*, Ano 17, nº 37, 2002.

RIESSMAN, Catherine Kohler. *Narrative methods for the human sciences*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2008.

SOUSA, Luisa Helena Silva de; MORALES, Gundysalvo Piratoba. Impactos socioambientais da expansão portuária em Santarém-PA. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 11, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n11-294>.

TRINDADE JUNIOR, S. C.; TAVARES, M. G. C. (Org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008.

